

PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO FEMININO: uma história de emancipação e preconceitos

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva.

Universidade Estadual de Maringá

1. Argumentos introdutórios...

Estudar a estruturação da Escola Normal em Santa Catarina no período que compreendia a segunda metade do século XIX e início do século XX tinha sido, no início do trabalho de elaboração de Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, minha única meta de pesquisa. No entanto, o trabalho com as fontes documentais e bibliográficas, entrevistas, leituras e a própria tecitura do texto foram revelando diversas nuances bastante significativas, que pelo próprio limite da pesquisa, ficariam desde logo, em segundo plano.

Agora, abre-se a oportunidade de se retomar a investigação de um tema que durante todo o trabalho de elaboração da referida Dissertação, mostrava-se candente, qual seja, a profissionalização do magistério feminino. Um tema que a todo o momento se perguntava por ele e, que foi se desenhando como um tópico indispensável para a compreensão do que teria sido a Escola Normal para a sociedade catarinense e brasileira do período. A Professora Eliane Marta T. LOPES (1995) traduz exatamente a dimensão deste movimento de pesquisa que se acaba de descrever. Para ela, "é isto que torna fascinante o trabalho de História: a chance de fazer novas perguntas a respostas já dadas (e a partir delas), criando consequentemente 'novos passados'". De fato, as perguntas foram sendo desfeitas e refeitas; as respostas engendravam novas perguntas e assim por diante... Pouco a pouco, o estudo da estruturação da Escola Normal em Santa Catarina assumia novas feições! E agora parecia não fazer mais sentido pesquisar a estrutura da Escola sem entender seu processo de criação e as relações que esta instituição

estabelecia com o conjunto da sociedade catarinense, dentre elas, a feminização do magistério.

Neste momento, apresenta-se o resultados de algumas leituras , pesquisa em fontes documentais e reflexões acerca do processo histórico que engendrou a feminização do magistério público no Brasil, tendo coma cenário principal a sociedade catarinense. da Segunda metade do século XIX e início do século XX. Buscou-se então, fazer um inventário da dinâmica de inserção da mulher, professora no ensino público primário, trazendo informações acerca de suas remotas raízes na Europa dos séculos XVIII e XIX e sua influência na composição da história da formação docente brasileira.

2. Alguns pontos de investigação

No Estado liberal, a profissão de professor...

O Iluminismo do século XVIII foi um movimento muito rico em reflexões pedagógicas e todo o pensamento da época exaltava a cultura como meio de se atingir a felicidade. Foram destaques no pensamento educacional, Rousseau, Pestalozzi e Condorcet (Ministro da Educação na França). Os ideais Iluministas combatiam a dogmatismo religioso da educação jesuítica ao mesmo tempo em que propunham uma educação laica e pública. Também os postulados de igualdade difundidos a partir da Revolução Francesa projetaram na educação laica e pública, a missão de democratizar o acesso à cultura por parte das massas populares e não mais restringi-la a interesses aristocráticos.

A nova ordem social desenhada pelo modo de produção capitalista fortaleceu o poder burguês e provocou mudanças também na política educacional na Europa do final do século XVIII e início do século XIX. No bojo deste processo, em detrimento ao ensino de cunho privado e religioso professado pela Igreja, surgiram os movimentos em favor da instrução gratuita, laica e obrigatória. Era o primado da fé dando lugar ao primado da razão. No entanto, apesar da existência da educação pública na antiguidade, somente no mundo moderno pode-se conhecer uma estrutura pública de formação docente. A partir daí, deu-se o incremento do ensino primário e também cresceu a preocupação com a formação de professores.

Se o Estado burguês criou condições para a estruturação de uma rede pública de ensino, é certo que ele criou também as condições para o que António NÓVOA (1991) chama de “profissionalização do professor”. Isto é, ao compor um sistema público de ensino que legitimasse sua ideologia, o Estado se preocupou também com a capacitação dos profissionais que iriam atuar nas escolas. Os desdobramentos da organização do sistema público de ensino na Europa previram a criação de Escolas Normais, como instituições com a finalidade de criar um corpo profissional para a educação das massas. António Nóvoa analisa que, na estruturação do sistema de ensino docente em Portugal no século XVIII, as escolas Normais foram importantes mecanismos de controle social, ao mesmo tempo em que possibilitaram aos professores sua afirmação enquanto profissionais do ensino formal.

O processo de estatização do ensino consistiu, para a política de formação docente, na substituição de um corpo docente religioso e sob o controle da Igreja, por um corpo de professores laicos, agora recrutados pelo Estado. Contudo, muito embora tenham havido profundas mudanças na estrutura educacional europeia e principalmente francesa no século XIX, o modelo do professor continuava muito próximo do sacerdócio. É o que afirma NÓVOA (1995:16), em outro de seus trabalhos sobre a profissionalização do professorado: “Ao longo do Século XIX consolida-se uma imagem de professor, que cruza as referências ao magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência aos funcionários públicos.”

No entanto, do processo de constituição da profissão docente, apenas os homens faziam parte. No auge da difusão das Escolas Normais na França, a educação das mulheres tinha pouca expressão, e sua preparação para a docência, menos ainda. Segundo Jurandir Freire da COSTA (1989), os homens ilustrados da época aspiravam à moralização das pessoas a fim de regular a vida social. A partir daí, a mulher de elite logo fora identificada como agente disseminador de um comportamento moralizante desde o convívio familiar; preparando os filhos para vida em sociedade e ainda acompanhando o marido. Na França, as autoridades na época faziam o seguinte raciocínio: sendo a mulher a primeira educadora de seus filhos - e para isso recorda-se a obra de Pestalozzi, *Como Gertrudes educava seus filhos* - e por exercer grande influência sobre o marido, seria a hora de fomentar a educação

feminina tanto na escola primária, como na preparação para a docência. Neste contexto, em 1842, se aprova a lei de criação de cinco Escolas Normais femininas na França.

O século XIX, no período de consolidação dos Estados Nacionais, a escola era tida como a instituição capaz de garantir a unidade nacional através da transmissão de conteúdos unificados e de valores culturais e morais que promovessem a consolidação do poder. Aqui no Brasil, a escola passa a ser vista como a instituição capaz de garantir a unidade nacional através da transmissão de conteúdos unificados e de valores culturais e morais que garantissem a consolidação do poder. O poder público via na educação a força civilizadora fundamental para a construção do consenso necessário à conformação do Estado e, tomava os professores como tentáculos do poder político, na medida em que estivessem identificados com seus interesses.

Na profissão de professor, o papel da mulher...

Desde a colonização, a maioria das escolas brasileiras estava ainda sob a administração dos jesuítas, e estes cuidavam apenas da educação dos homens. Durante todo o período colonial, a mulher brasileira esteve bastante afastada da escola em detrimento das atividades que lhes eram atribuídas como naturais para o seu sexo: costurar, bordar, cuidar da casa, do marido e dos filhos. Suas oportunidades de instrução se restringiam aos ensinamentos oferecidos nos conventos religiosos.

Os debates em torno da universalização da instrução primária e neste bojo a educação feminina, ganharam corpo na com os ideais revolucionários franceses. No Brasil, foi somente a partir da Independência que se verificou investimentos nesta direção, pelo menos, no que se refere às leis. Em 1827, a Lei de 15 de Outubro¹ criava as primeiras escolas primárias para o sexo feminino em todo o Império. Como naquela época, no Brasil e também na Europa, as aulas eram dadas em turmas separadas por sexo, foi preciso que se admitissem mulheres para lecionar nas turmas femininas; assim foram criadas as primeiras vagas para o magistério feminino. Neste sentido, afirma Zélia DEMARTINI (1991:32) que "a Escola Normal, então, passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, das mulheres prosseguirem seus estudos além do

primário". De acordo com a autora, desde a criação das primeiras Escolas Normais no Brasil, ficou determinado em lei que o magistério público poderia ser exercido por mulheres.

A discussão em torno da feminização do magistério é sem dúvida bastante complexa. A título de observação, no entanto, vale ressaltar que no final do século passado, algumas correntes de pensamento - que certamente exerceram influência nas medidas educacionais adotadas pelo governo brasileiro - propunham que havia diferenças "naturais" entre homens e mulheres. E que às mulheres, por sua constituição natural, cabia socializar as crianças, como parte de suas funções maternas. Como o ensino primário era entendido como extensão da formação moral e intelectual recebida em casa, foi fácil admitir que a educação das crianças estaria melhor cuidada nas mãos de uma mulher, a professora.

A educação da época baseava-se na aprendizagem através da assimilação de modelos ideais. Assim a criança era colocada diante de grandes personagens da história do país e inclusive isso requeria que o próprio professor servisse de modelos aos alunos. Modelo de moralidade, inteligência e virtude. Este era o requisito para ser educador (a).

"Formar o coração e o carácter da mocidade, é o fim de toda a educação: se as exhortações dos pais e dos mestres são necessarias, os exemplos são indispensaveis..."²

Mas, a como teria se deslocado a nobre função de ensinar os novos cidadãos dos Estados nacionais para as mãos das mulheres? Logo elas, discriminadas pela pequenez de suas capacidades intelectuais e castradas por suas inclinações ao pecado.

"Ora se as crianças, como bem compara um sabio Grego, são a imagem de cêra, que recebe as formas que se lhe quer dar, é fora de questão que fará tudo o que elle vir que sua ama pratica; e por conseguinte as primeiras palavras que balbucia, são as que ouve della, quase sempre obsenidades..."³

Aqui, analisando o caso específico da cidade de Desterro, onde as elites valiam-se

¹ Decreto imperial de Outubro de 1827, Art. 7^a.

² Jornal A Revelação, n. 35,23/04/1853, Desterro, Santa Catarina.

³ Jornal O Argos, n. 175, 22/08/1857, Desterro, Santa Catarina.

do trabalho doméstico escravizado, nota-se que a convivência com os escravos toscos e analfabetos, parecia depor contra o padrão de moralização e civilização desejado pelas sociedades. E este talvez tenha sido o momento em que a mulher, branca e instruída fora chamada a contribuir na formação de seus filhos, futuros cidadãos dos Estados liberais, ainda que se associasse a figura feminina com a tentação e o pecado, descritos na Bíblia.

Para Jurandir Freire da COSTA (1989), com a urbanização da vida social a mulher passou a ter um espaço na sociedade, antes desconhecido. Assim começa a se definir o papel da mulher como mãe e da criança como investimento do Estado. A moralização da sociedade era aspiração dos homens ilustrados da época. Procurava-se balizar o comportamento social e emocional dos homens em rígidos padrões de comportamentos e na mãe, primeira educadora dos filhos e conseqüentemente, a primeira a influenciar o comportamento dos filhos, concentrava-se atenções especiais.

No Brasil a partir de 1850, a educação feminina passou a ser questão discutida nos jornais femininos do Rio de Janeiro. Também em Desterro os jornais publicados na época referendavam a instrução feminina. A mulher descrita nos periódicos era ao mesmo tempo frágil e forte. Frágil pela natureza de seu sexo e forte pela sua missão de educadora. Segundo Joana PEDRO (1994:45), “na constituição dos 'homens melhores' que formariam a nação brasileira, além da escola era necessária a formação no lar, e esta deveria ser ministrada por uma mãe instruída”. Foi dentro desta filosofia que se reivindicou a educação pública para meninos e, principalmente, para meninas. O jornal O Santelmo, explica: “*Missão da família; a mulher é tudo nela. - Influência da religião e da moralidade da mulher, mui poderosa sobre a moralidade da família e do estado.*”⁴

Estava posta a necessidade de se investir na instrução das mulheres. Afinal, eram elas as construtoras da boa sociedade!

Em Desterro, capital da província catarinense, conforme descreve Joana Pedro, a instrução pública das meninas encontrou resistências. Para as que frequentavam as escolas públicas, muitos pais determinavam excessivos afazeres domésticos para

impedir que as meninas pudessem frequentar as aulas. Segundo a autora, esta era também a realidade de São Paulo, aonde os advertiam as professoras de que ensinassem costura e bordado, visto que ler e escrever não lhes serviria para nada. Já no caso das famílias mais abastadas, a opção poderia ser a contratação de preceptoras para ensinar as meninas em suas próprias casas. E ainda assim, a educação das meninas nas escolas era diferenciada, de maneira que no currículo figuravam disciplinas que reforçavam este papel. Além disso, por vários anos, nas salas de aulas, as meninas eram separadas dos meninos e vigiadas por zelosos professores, desde sua chegada à escola até a hora de irem para casa.

Num artigo do jornal O Argos, o editor referiu-se à necessidade da educação feminina dizendo que:

*"Um pai, com ser o primeiro agente da criação, da educação e da instrução, não é todavia o mais influente nos progressos morais e intelectuais de seu filho. É mais uma razão para, desde os primeiros anos, velar-se mais particularmente na educação das futuras mães de família.."*⁵

Nesse mesmo artigo recomendava-se porém, que se tomasse cuidado com o tipo de educação que fosse oferecida às meninas, para não *desnaturar um ser tão frágil*.

Mesmo com todo o reconhecimento do papel da mulher como formadora dos cidadãos para o estado; havia a preocupação em manter a imagem feminina associada à função de mãe e esposa, desviando a mulher das "inclinações frívolas que são naturais de seu sexo"⁶. Vejamos como a dubiedade entre educadora da sociedade liberal e tentação para a Igreja, fazia parte do papel destinado às mulheres, conforme expõe o artigo de um jornal catarinense:

A mulher

A mulher que foi a perdição para o pai Adão, para Sansão a morte, e para Salomão uma vingança, é, para o médico, um corpo; para o juiz uma ré; para o pintor, um modelo; para o poeta, uma flor; para o militar, uma camarada; para o padre, uma tentação; para o enfermo, uma enfermeira;

⁴ Jornal O Santelmo, n.18,18/07/1858, Desterro, Santa Catarina .

⁵ O Argos,n. 65, 15/08/1856.

⁶ Assim Joana PEDRO (1995), se refere ao temor dos homens em relação ao comportamento das mulheres que fossem emancipadas através da educação.p.43.

*para o são, uma enfermidade; para o republicano, uma cidadã; para o romântico, uma diva; para o versátil, um brinquedo; para o gastrônomo, uma cozinheira; para o menino, um consolo; para o noivo, um desejo; para o marido, uma carga; para o viúvo, um descanso; para o pobre, uma calamidade; para o rico, uma ameaça; para o jovem, um pesadelo; para o velho, um inimigo; para o homem, um estorvo; para o diabo, um agente; para o mundo, uma força; e, para o tipógrafo...uma página.*⁷

Mas, de educadora dos filhos como passaram as mulheres a professoras nas escolas públicas?

A partir da Segunda metade do século XIX, o magistério começa a se configurar com profissão feminina por excelência, afirmam BRUSCHINI & AMADO (1988), ainda que a lei previsse apenas o ingresso das meninas na escola primária e consequentemente o provimento destas cadeiras por mulheres.

Em Santa Catarina, 15 de abril de 1835 foi oficializado o primeiro currículo para as escolas primárias. Este currículo definia um programa único para as escolas masculinas e femininas. Após 1843, porém, o currículo das escolas femininas passou a ser diferenciado. Nas escolas para o sexo feminino ensinava-se a ler, escrever, contas das quatro espécies, gramática, princípios da moral cristã e prendas domésticas. Não estavam incluídas as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções, noções de geometria teórica e prática e elementos da geografia, ensinados aos meninos. A **tabela 01**, compõe um quadro onde se pode perceber mais nitidamente esta diferenciação curricular.

A educação da mulher oferecia de fato uma formação intelectual. Contudo com o pretexto de manter sua natureza “frágil” e “maternal”, propunha-se um currículo diferenciado para as escolas femininas. Segundo SAFFIOTI(1969), ainda que as mulheres começassem a ganhar espaço na sociedade letrada, era flagrante a discriminação sexual que sofriam. A questão da diferença curricular reforça esta idéia e traz consigo mais um indicativo de discriminação: juntamente com a diferença entre o que se ensinava aos meninos e meninas, havia ainda consequências sobre o níveis salariais. O menor salário

⁷ Jornal do Comércio, n. 233, 29/10/1881, Desterro, Santa Catarina.

recebido pelas mulheres era justificado pela "isenção" de lecionar algumas disciplinas específicas aos meninos, como o caso da Geometria.

Tabela 01: Currículos das escolas de primeiras letras da Província de Santa Catarina

Ano	Escola da Capital	Escolas das Vilas, Freguesias e Curatos	
	Masculina	Masculinas	Femininas
1835	<ul style="list-style-type: none"> - ler e escrever - as quatro operações de aritmética - gramática portuguesa - doutrina cristã 	<ul style="list-style-type: none"> - ler - escrever - as quatro operações de aritmética - gramática portuguesa - doutrina cristã 	<ul style="list-style-type: none"> - ler - escrever - as quatro operações de aritmética - gramática da língua nacional - princípios da moral - a doutrina cristã - prendas que servem à economia doméstica.
1836	As disciplinas do currículo continuaram as mesmas, porém devia-se empregar o método Lancaster.	o mesmo	o mesmo
1843	<ul style="list-style-type: none"> - ler e escrever pelo método individual - as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções - noções gerais de geometria teórica e prática - gramática da língua nacional - elementos da geografia - princípios da moral cristã e da religião do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - ler e escrever - as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções - gramática da língua nacional - princípios da moral e da religião do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - ler e escrever - contar as quatro espécies - gramática da língua nacional - doutrina cristã - prendas domésticas necessárias à boa educação feminil.
1848	<ul style="list-style-type: none"> - ler e escrever pelo método individual; - as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções; - gramática da língua nacional; - princípios da moral cristã e da religião do Estado. 	igual ao da Capital	<ul style="list-style-type: none"> - ler e escrever pelo método individual - contar as quatro espécies - gramática da língua nacional - prendas domésticas necessárias à boa educação feminil.
1854	Não aparece mais um currículo específico para a escola da Capital.	<ul style="list-style-type: none"> - ler, escrever - quatro espécies em inteiro, frações, complexos, decimais, proporções geométricas diretas, inversas e compostas - gramática da língua 	<ul style="list-style-type: none"> - ler e escrever - quatro espécies em inteiros - gramática da língua nacional - doutrina cristã

	nacional e - doutrina cristã.	
--	----------------------------------	--

Fontes: Coleção de Leis Provinciais. Leis nº 09 e nº 18 de 1835, nº 214 de 1843, nº 268 de 1848 e 82 de 1854.

Para homens e mulheres, o magistério esteve sempre associado ao sacerdócio. Mesmo nas sociedades liberais, aonde se pretendia a desvinculação com as idéias religiosas, a imagem do professor era confundida com a do sacerdote. As próprias palavras de Guizot, Ministro da Educação da França pós-revolucionária, explicitam bem tal conjuntura: formar os “sacerdotes laicos” do Estado Burguês.⁸

Exercer a função de professor e professora, exigia abnegação, dedicação inclusive secundarizando a importância do pagamento pelo seu trabalho. Em Santa Catarina, o flagrante da diferenciação salarial, conforme demonstra a tabela 02:

Província de Santa Catarina - 1835/1860

Ano	Ordenado anual dos Professores das Escolas de Primeiras Letras						
	Professor				Professora		
	Capital	Cidades	Vilas	Freguesias/ Curatos	Capital	Cidades e Vilas	Freguesias
1835		360\$000 *	300\$000 *	180\$000	260\$000	260\$000	-
1836		360\$000 *	300\$000*	200\$000	260\$000	260\$000	-
1843	600\$000	350\$000	350\$000	300\$000	400\$000	300\$000	250\$000
1854	600\$000	400\$000	400\$000	350\$000	450\$000	350\$000	300\$000

Fonte: Coleção de Leis Provinciais de 1835 a 1860.

A profissionalização da mulher no magistério público deu-se em meio ao entendimento de que a educação escolar era uma extensão da educação dada em casa. Logo, a função de mãe na família era estendida à escola pela pessoa da professora. Estava assim criado o círculo que permitiria a profissionalização do magistério feminino. As mulheres, mães e educadoras por natureza, passavam agora a estender sua

⁸REBOUL - SCHERRER, F. La vie cotidiene des premiers instituteurs; 1933-1932. Paris: Hachette, 1989. apud VILLELA, H. **A primeira escola normal do Brasil**; uma contribuição à história da formação de professores. Niterói: UFF, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação,

função para as escolas na profissão de professoras. Também ARROYO (1985: 24) esclarece que na organização do trabalho pedagógico a 'dedicação' tinha um sentido concreto para os professores e professoras que construía sob o adjetivo de 'dedicado', suas reputação profissional. Segundo o autor, " a comunidade não entregava a educação de seus filhos a qualquer um. Mestre ou preceptor particular, tem que mostrar dedicação..."

Neste contexto, dissemina-se o conceito de vocação, que desde então servia para legitimar o crescente aumento do número de mulheres ingressando no magistério. Na verdade, segundo BUSCHINI & AMADO (1988:07), "historicamente o conceito de vocação foi aceito e expresso pelos próprios educadores educadoras, que argumentavam que, como a escolha da carreira devia ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas."

Neste momento, o conceito de vocação era usado como mecanismo eficiente para induzir as mulheres a escolherem profissões menos valorizadas socialmente. Melhor dizendo, em nome da natureza feminina e de sua vocação natural, as mulheres foram assumindo o magistério como profissão adequada para o seu sexo, já que o papel que lhes era exigido na escola era o mesmo que lhes era imputado na família. Além disso, concorre para a explicação da entrada da mulher no magistério, a possibilidade de conciliação dos trabalhos domésticos com o trabalho de professora. É evidente que embora estivesse se abrindo as portas da escola para as mulheres, isso não significava, em absoluto, que ela estivesse sendo dispensada de suas obrigações no cuidado da casa e da família. Ao contrário a conciliação dessas duas tarefas, se dava em duas vias, a saber, em nível prático, os horários de trabalho na escola não prejudicava seus afazeres domésticos. E em nível simbólico, conforme aponta GOLVEIA (1970) essa conciliação também entre o ideal tradicional de dedicação feminina à casa e a família e a atividade intelectual.

Mas se a docência passou a ser predominantemente exercida por mulheres, e o ofício de professora condizia com a natureza do sexo feminino, o que teria acontecido

aos homens, que até então eram os mais requisitados para ocuparem os cargos de professores públicos? Para Maria Christina CAMPOS (1990), o salário pouco compensador foi o fator desestimulante para muitos homens, que aos poucos foram deixando a profissão de professor, passando-a para as mulheres. A autora considera ainda que o aumento da urbanização e o movimento econômico, sobretudo em torno da produção e comércio do café (no caso de São Paulo), poderiam ter contribuído para a ampliação do mercado de trabalho masculino, afastando os homens do magistério em busca de melhores salários. O magistério, enquanto profissão pouco rentável, afastava os homens que deveriam prover o sustento da família. No caso das mulheres, estas poderiam exercer uma profissão mal remunerada, já que não lhes cabia a responsabilidade de "chefes de família".

Na formação da professora, a Escola Normal..

No que se refere à Escola Normal, Heloisa VILLELLA (1992) aponta que “formar o professor público significava, pois, capacitar o indivíduo para uma dupla missão: transmitir os bens culturais que garantiriam a unidade das nações e ao mesmo tempo facilitar o controle do Estado sobre seus cidadãos.”⁹

No Brasil, a primeira Escola Normal foi criada no Rio de Janeiro em 1835. Contudo ainda não havia-se aberto a possibilidade de profissionalizar o magistério feminino. Na lei que criou esta Escola, bem como em seu regulamento, não estava prevista a matrícula de mulheres. Tanto que, desde a sua criação em 1835 até sua extinção em 1851, não houve nenhuma mulher matriculada na Escola Normal de Niterói. Somente mais tarde, no período de reabertura da escola, é que as aulas para preparar professoras aparecem no programa de ensino da Escola Normal .

Na verdade, a falta de espaço para preparação da mulher no magistério era consoante com a discriminação sofrida pelo sexo feminino em todos os aspectos de sua vida social. Na educação por exemplo, a discriminação dava-se inicialmente mediante a prerrogativa da diferenciação de currículo em relação ao que era oferecido nas escolas

⁹ REBOUL - SCHERRER, F. La vie quotidienne des premiers instituteurs; 1933-1932. Paris: Hachette, 1989. apud VILLELLA, H. **A primeira escola normal do Brasil**; uma contribuição à história da formação de professores. Niterói: UFF, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 1990. p.79.

primárias masculinas. A elas era dado aprender leitura, escrita e as quatro operações matemáticas, sendo portanto interditado ensino de geometria, decimais e proporções, oferecido aos meninos. Além disso, a diferenciação salarial era mais um flagrante do prestígio que gozava o trabalho feminino.

Em Santa Catarina, quando o ensino foi estendido ao sexo feminino, foi preciso que o Governo provincial admitisse professoras em seus quadros, a fim de regerem as poucas escolas femininas existentes. A Escola Normal criada em 1892¹⁰ encontrou um número bastante elevado de mulheres interessadas em ingressar no magistério. A lista de alunos inscritos para o primeiro ano do curso demonstra bem esta realidade: cerca de 63% dos alunos da Escola Normal (no ano de 1892), eram moças. Desde 1892 até o ano de 1907, 49 alunas e 6 alunos tinham concluído o curso oferecido pela Escola Normal. Deste total, apenas 21 exerciam o magistério público estadual. Nota-se, aqui, que o número de mulheres interessadas em atuar no magistério é bem superior ao dos homens. O governador Gustavo Richard (1906-1909), preocupado com esta “anomalia”, propõe que os moços candidatos a normalistas de outras cidades possam ser liberados dos exames de admissão para a Escola Normal¹¹.

As professoras formadas pela Escola Normal compunham as duas faces de uma mesma moeda: de um lado estavam aqueles que atuavam no magistério público; elas eram em número reduzido e, no início, muitas delas frequentavam a Escola Normal por determinação do Governo, já que lecionavam no ensino público primário sem a devida habilitação de normalista. Na outra face da moeda, estavam aquelas cujos diplomas não eram passaporte para o ingresso no magistério público. O que faziam elas de seus diplomas? Os documentos oficiais investigados indicam que apenas uma parcela muito pequena de formandas da Escola Normal trabalhava nas escolas públicas catarinenses. Algumas tornavam-se professoras em escolas particulares ou mesmo, atendiam a domicílio os filhos das ricas famílias da cidade de Desterro. Mas há aquelas sobre as quais os documentos não noticiam atuação docente, e que por isso, chamam nossa atenção para a tese de que o diploma de normalista tenha servido apenas como uma espécie de dote

¹⁰ SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos S. **A Escola Normal Catharinense: ornamento e profissão** Florianópolis: Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

¹¹ Relatório do governador, Gustavo Richard, à assembléia Legislativa do Estado em 05 de Agosto de 1907.

cultural para moças, filhas das elites ou pequena burguesia, que desejavam uma cultura enciclopédica, para ornamentar seus dotes para o casamento. BUFFA & NOSELLA (1996), pesquisando sobre a Escola Normal de São Carlos em 1911, descrevem a seguinte situação: “a Escola Normal dos primeiros tempos, a despeito de preparar profissionalmente o professor (sua função oficial), valorizava mais a cultura geral e tradicional como ornamento das elites”. Propiciando o acesso das camadas médias da sociedade, a Escola Normal oferecia oportunidades de polir a cultura das elites e ao mesmo tempo ornamentar os dotes de quem tinha dinheiro mas não tinha "berço".

Mas se a Escola Normal ia se configurando como instituição de ensino cujo corpo docente era preferencialmente feminino, o mesmo não acontecia com os docentes da mesma escola. Eles eram em sua maioria homens. A explicação para este fato pode estar na diferença de formação exigida para o magistério primário e para lecionar na Escola Normal. Enquanto para ensinar às crianças exigia-se um curso Normal ou equivalente, e a este requisito as mulheres poderiam atender, boa parte das disciplinas oferecidas pela Escola Normal deveria ser ministrada por lentes preparados em centros de formação de nível superior, e neste caso, eram os homens que saíam para estudar em tais instituições os mais aptos para o cargo. Quanto às docentes da Escola Normal? a elas era dado ensinar música e canto e trabalhos manuais.

3. Alguns resultados...

Poder apreender aspectos de parte do processo sócio-político que ampliou as perspectivas das atividades femininas na educação foi fundamental para o entendimento do objeto maior da pesquisa que foi a compreensão do papel da Escola Normal Catharinense de 1892. Conforme justificou-se no início do texto, o tema da profissionalização do magistério feminino, a todo momento requeria um olhar mais atento, coisa que os limites da pesquisa de Dissertação impediam de atender. Entretanto, o trabalho de pesquisa, sem dúvida, revelou pontos importantes para a discussão da inserção da mulher no magistério primário brasileiro.

Ainda que não se pretenda defender que as análises empreendidas a partir das fontes, não sejam de fato conclusões (mesmo que preliminares), é bom salientar que, elas

apontam muito mais para a necessidade se aprofundar o tema do que propriamente para esgotá-lo.

Contudo, os elementos discutidos aqui apontam para algumas observação que podem ajudar a compor a história da feminização do magistério. Em primeiro lugar, é preciso considerar a história como processo resultante de determinações sociais e que, ao mesmo tempo, determina relações. A história a mulher no magistério foi portanto determinada por um conjunto de relações sociais ao longo da história. Mas como se trata de um processo dialético, ela foi também determinante de uma série de relações postas para a educação na nossa sociedade. Neste sentido, cabe a observação do duplo sentido da profissionalização do magistério feminino: se de um lado, a sociedade liberal passou a requisitar a mulher como agente civilizador dos novos cidadãos; de outro lado, as relações de discriminação com o sexo feminino continuavam permeando o trabalho da mulher na docência.

Em segundo lugar, como determinação de sua época, a profissão de professora esteve circundada por valores determinados. Neste bojo, o magistério esteve assemelhado ao sacerdócio, tamanha era a dedicação exigida e também, esteve associado ao conceito de vocação, pela associação da função de primeira educadora dos filhos às funções de alfabetizadora na escola. No entanto, alguns pesquisadores apontam para utilização da idéia de sacerdócio como fator explicativo dos baixos salários da profissão e poucos investimentos na educação pública. A fim de desvelar o conceito de vocação, alguns estudos admitem que ele foi utilizado como mecanismo de legitimação do preconceito contra o sexo feminino. Trabalhar como professora e se sujeitar a uma baixa remuneração fazia parte do perfil vocacional das mulheres.

Referências bibliográficas

Fontes documentais

Decreto imperial de Outubro de 1827, Art. 7º.

Província de Santa Catarina - Coleção de Leis Provinciais de 1835 a 1860.

Relatório do governador, Gustavo Richard, à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina em 05 de Agosto de 1907.

Bibliografias

ARROYO, Miguel G. **Mestre, educador-trabalhador: organização do trabalho e profissionalização.** Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.

BRUSCHINI, Cristina e AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: Algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: (64): 4-23, Fevereiro de 1988.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** 2 ed. Rio de Janeiro: Grall, 1983.

DEMARTINI, Zélia B. F. **Magistério primário no contexto da 1ª República.**(Relatório de Pesquisa) São Paulo: Fundação Carlos Chagas/CERU, 1991.

GINER, Maria Isabel Cortés. **Origen y desarrollo de las escuelas normales en Francia** (1789 - 1982). Valencia: Promolibrio, 1985.

GOLVEIA, A J. Professores de amanhã: um estudo da escolha ocupacional. São Paulo: Pioneira, 1970. apud. BRUSCHINI, Cristina e AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e

- educação: Algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: (64): 4-23, Fevereiro de 1988.
- LOPES, Eliane Marta T. **Perspectivas históricas em educação**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. **Schola Mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos. 1911-1933. São Carlos: Edufscar, 1996.
- NÓVOA, António. (Org.) **Profissão professor**. Porto: ed. Porto, 1991.
- NÓVOA, António. (Cord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de gênero. Florianópolis: ed. da UFSC, 1994.
- REBOUL - SCHERRER, F. La vie cotidienne des premiers instituteurs; 1933-1932. Paris: Hachette, 1989. apud VILLELA, H. **A primeira escola normal do Brasil**; uma contribuição à história da formação de professores. Niterói: UFF, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 1990. p.79.
- SAFFIOTTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade; São Paulo Quatro Artes, 1969.apud. BRUSCHINI, Cristina e AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: Algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: (64): 4-23, Fevereiro de 1988.
- SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos S. **A Escola Normal Catharinense**: ornamento e profissão. Florianópolis: Dissertação de Mestrado (mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina , 1999.
- VILELLA, H. **A primeira escola normal do Brasil**; uma contribuição à história da formação de professores. Niterói: UFF, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 1990.
- VILELLA, H. A primeira Escola Normal no Brasil. apud. NUNES, Clarice. **O passado**

sempre presente. São Paulo: Editora Cortez, 1992.